

# DÚVIDA E CERTEZA EM LOCKE E DESCARTES<sup>I</sup>

## DOUBT AND CERTAINTY IN LOCKE AND DESCARTES

<https://doi.org/10.26512/rfmc.v12i2.55099>

Ana Cláudia Teodoro Sousa\*  
Universidade Federal de Minas Gerais

<http://lattes.cnpq.br/4055132504359228>  
<https://orcid.org/0000-0003-2187-6725>  
teodoro.claudia.ana@gmail.com

\* Residente pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais, onde pesquisa as “Sétimas Objeções e Respostas” e a relação de Descartes com os jesuítas. Doutora em Filosofia (2024) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Filosofia (2020) pela mesma instituição. Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto (2016).

---

I O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) – Código de Financiamento 150327/2024-2

**Resumo**

Este trabalho procura investigar como o filósofo inglês John Locke (1632-1704) apresenta questões de ordem cética dentro de seu Ensaio sobre o Entendimento Humano. Intenciona-se determinar que essas questões estão intimamente relacionadas com aquelas apresentadas pela filosofia cartesiana. Para isso, pretende-se analisar passagens acerca da concepção de certeza desenvolvida no Livro IV do Ensaio, que também lidam com os limites do entendimento humano e as possíveis razões para duvidar. Em seguida, essas passagens são aproximadas de trechos do corpus cartesiano, em especial daqueles presentes nas Objeções e Respostas, anexadas às Meditações. Conclui-se que John Locke está lidando diretamente com problemas deixados pela filosofia cartesiana. Além disso, propõe-se que, apesar de seguirem caminhos distintos, tanto Descartes quanto Locke apresentam respostas análogas ao ceticismo. Nesse sentido, deseja-se sugerir uma leitura moderada dos dogmatismos de Descartes e Locke, que muitas vezes são entendidos de forma reducionista.

**Palavras-chave:** Dúvida. Ceticismo. Certeza. Descartes. Locke.

**Abstract**

This paper aims to explore how the English philosopher John Locke (1632-1704) addresses skeptical questions in his Essay Concerning Human Understanding. The goal is to demonstrate that these questions are closely connected to those found in Cartesian philosophy. To achieve this, we will analyze passages from Book IV of the Essay that discuss the conception of certainty, the limits of human understanding, and potential reasons for doubt. These passages will be compared with excerpts from the Cartesian corpus, particularly those found in the Objections and Replies appended to the Meditations. We conclude that John Locke is directly engaging with questions raised by Cartesian philosophy. Furthermore, we propose that, despite following different paths, both Descartes and Locke present analogous responses to skepticism. In this sense, we wish to suggest a moderate reading of the dogmatism of Descartes and Locke, which are often understood in a reductionist way.

**Keywords:** Doubt. Skepticism. Certainty. Descartes. Locke.

## Introdução

A principal fonte para os debates céticos do final do século XVII e início do século XVIII é a Primeira Meditação, das *Meditações sobre Filosofia Primeira* (2004)<sup>II</sup> de René Descartes (1596-1650). Embora Descartes afirme ser o primeiro a refutar os argumentos céticos<sup>III</sup>, a temática cética não se esgota com seu sistema filosófico. Pelo contrário, a filosofia cartesiana amplia o debate cético na modernidade, tanto por difundir as dúvidas céticas quanto por radicalizá-las. Em larga medida, esse legado da filosofia cartesiana tem sido bastante investigado, principalmente a partir da primeira edição da *História do Ceticismo* de Richard Popkin, publicada em 1960. De qualquer modo, tendo em vista a amplitude do tema e a fecundidade do pensamento na modernidade, ainda são encontradas muitas lacunas dentro desse campo de pesquisa, uma vez que tais investigações ainda não atingem todo o escopo disponível de filósofos que tem seu pensamento marcado pelas dúvidas céticas deixadas pela filosofia cartesiana.

A filosofia de John Locke, particularmente, foi incluída somente na última edição da *História do Ceticismo* (2003) e, mesmo assim, sua apresentação é breve e insuficiente. Essa lacuna surpreende porque até mesmo os contemporâneos de Locke o acusaram de sustentar uma filosofia amigável e condizente aos preceitos céticos<sup>IV</sup>, aspecto notável em

---

II Publicadas pela primeira vez em 1641.

III “*Non liabuit itaque rationem ullam ad suspicandum me aliquid erasse in iis quae asserui, et quibus Scepticorum dubitationem omnium prius everti*” (AT VII, p. 550). As passagens do *corpus* cartesiano citadas neste trabalho seguem a edição de referência editada por Ch. Adam e P. Tannery: *Œuvres* (abreviadas como AT, seguido do número do volume e da página). As passagens já traduzidas para o português serão referenciadas de acordo com a tradução da qual foram extraídas (conferir bibliografia) e estarão acompanhadas da sua localização em *Œuvres*. Quando necessário, as traduções serão realizadas de forma autônoma, seguindo o texto da edição de referência.

IV Alguns de seus críticos contemporâneos já acusavam Locke de possuir uma simpatia pelos céticos e achavam que sua filosofia estava mais próxima de um ceticismo do que de um dogmatismo. Entre eles, encontramos George Berkeley, John Sergeant e Herry Lee, além de outros filósofos católicos do final do século XVII (Rogers, 2003, pp. 52-53).

seus escritos, principalmente no *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (2014)<sup>V</sup>. O presente trabalho, portanto, pretende analisar alguns trechos do *Ensaio*, especialmente aqueles contidos no Livro IV, que tratam da dúvida, da certeza e dos limites do conhecimento humano. Posteriormente, intende-se comparar tais passagens a trechos do *corpus* cartesiano e, então, traçar pontos de afinidade entre o pensamento de ambos os filósofos. A partir desse esquema, pretende-se argumentar que: 1) Locke é um receptor direto da filosofia cartesiana e seus escritos; e 2) assim como Descartes, Locke também delimita o escopo do conhecimento humano. Por fim, será possível concluir que tanto a filosofia cartesiana quanto a filosofia lockeana são pautadas pelo problema cético que questiona o escopo do conhecimento humano. Além disso, será proposto uma leitura mais moderada dos dogmatismos sustentados por Locke e por Descartes ao argumentar que ambos os filósofos reconhecem a finitude da racionalidade humana e condenam a pretensão à verdade absoluta.

## Ceticismo e verdade em Locke

A filosofia de John Locke, apesar de lidar diretamente com o conhecimento humano, não é frequentemente vinculada ao ceticismo. Isso ocorre, provavelmente, porque, no *Ensaio*, Locke pouco menciona essa corrente de pensamento em poucas ocasiões. Entretanto, o objetivo geral de sua obra já indica que Locke está inserido em uma problemática cética. Na introdução do *Ensaio*, Locke afirma que seu propósito é “investigar qual é a origem, a veracidade e a extensão do *conhecimento humano*, e quais são os fundamentos e graus da *crença*, da *opinião* e do *assentimento*” (Locke, 2014, 2, pp. 21-22, grifos do autor)<sup>VI</sup>. Consoante

---

V Publicado pela primeira vez em 1695.

VI A divisão entre a Introdução do Livro 1 está presente na tradução francesa do *Ensaio* de Coste, que foi revisada por Locke, e na tradução para o português realizada pela Fundação Calouste Gulbenkian (Locke, 2014). As citações do *Ensaio* seguem a edição em português mencionada. As referências indicam o livro, o capítulo, o número do parágrafo e a paginação dessa edição.

com a explicação fornecida por Danilo Marcondes, sabe-se que a investigação da extensão do entendimento humano é essencial para todo o pensamento moderno. De qualquer forma, ela não deixa de ser uma investigação inerente ao ceticismo. Segundo Marcondes, a “argumentação cética se caracteriza tradicionalmente por levantar a questão dos limites da capacidade humana de conhecer a realidade tal como ela é, sua essência, as causas primeiras” (Marcondes, 2019, p. 107). Além disso, como argumenta Popkin, Locke obteve contato com a discussão cética a partir de Pierre Bayle, Pierre Gassendi e Pierre-Daniel Huet, estes últimos que tinham amplo conhecimento da filosofia cartesiana (Popkin, 2003, p. 257). Portanto, Locke está vinculado – conscientemente ou não – a uma discussão cética que permeou toda a modernidade (cf. Popkin, 2003, pp. 257-260).

Não obstante, como um pensador que usufruiu do final do século XVII, Locke não entendia o ceticismo como uma ameaça tão temerária como pode ser encontrado nos escritos de filósofos do final do século XVI e começo do século XVII. A partir de meados do século XVII, o ceticismo não figura mais como uma doutrina intimidadora. Pelo contrário, há um cenário muito mais otimista, que se coloca principalmente pelo avanço de sistemas científicos e filosóficos e o consequente sucesso das ciências naturais. Nesse sentido, é provado factualmente que as premissas dos céticos não conseguiriam barrar os avanços do conhecimento humano. John Locke era membro da Royal Society desde 1668 e sua doutrina se coaduna com aquilo que esta sociedade defendia: o avanço científico a partir de dados sensíveis é possível, mas deve estar assentado em um ceticismo mitigado, que se volta contra qualquer tipo de filosofia dogmática precipitada, sendo ela aristotélica ou cartesiana (Rogers, 2003, pp. 42-44; Schankula, 1980, p. 461; Popkin, 2003, pp. 257-258).

Portanto, a filosofia de Locke é inseparável desse cenário otimista (McHugh, 2020, p. 789; Popkin, 1992, p. 281; Rogers, 2003, p. 41). Proponente do empirismo inglês, Locke defende a possibilidade de certezas e afirma que as experiências sensíveis são fontes de conhecimento. O filósofo entende que a certeza é possível por meio do conhecimento intuitivo, pois é de uma “intuição que depende toda a certeza e evidên-

cia de todos os nossos conhecimentos; e cada um sente que esta certeza é tão grande que nem saberá imaginar nem, por consequência, exigir, uma maior” (Locke, 2014, IV, II, 1, p. 730).

O conhecimento intuitivo, todavia, é raro. Por isso, para o filósofo, o conhecimento não é completo, mas limitado. Grande parte do conhecimento que se tem acesso se baseia nos fenômenos, mas não alcança a essência das coisas. Desse modo, Locke não acredita em uma ciência perfeita, pois, diferentemente de supostas essências imutáveis, os fenômenos são inconstantes e podem ser questionados a todo momento. Contudo, a falta de uma certeza sobre a essência das coisas não é uma preocupação para Locke, uma vez que ele recorre ao conhecimento probabilístico que o auxilia na conduta da vida prática. Locke explica, assim, que,

[...] como as nossas faculdades não estão adaptadas à total dimensão do ser, nem para alcançar um perfeito, claro e compreensivo conhecimento das coisas, livre de toda a dúvida e escrúpulo, mas para a preservação de nós próprios, a quem essas faculdades pertencem e estão ao serviço da vida, elas servem bastante bem a nossa finalidade, se apenas nos derem uma certa notícia dessas coisas, que são convenientes ou inconvenientes para nós (Locke, 2014, IV, XI, 8, pp. 880-881).

Dessa forma, mesmo que esse tipo inferior de conhecimento não seja evidente ou perfeito, Locke acredita que seria um desperdício se o ser humano não utilizasse suas faculdades para conduzir a sua vida. As faculdades do entendimento humano, afirma Locke, têm a função de especular e investigar a verdade e a certeza intuitiva, que é a mais segura possível. Em todo o caso, essas faculdades também auxiliam a vida prática. Nesse sentido, Locke acredita que, para o ser humano,

[...] seria uma grande perda se tivesse [as faculdades do entendimento] só para o dirigir o *conhecimento* que considerasse verdadeiro. Porque sendo esse conhecimento diminuto e deficiente, como vimos, o homem estaria muitas vezes totalmente na escuridão, e na

maior parte dos atos da sua vida, totalmente paralisado, se não tivesse nada a guiá-lo, na ausência do conhecimento claro e certo (Locke, 2014, IV, XIV, 1, p. 905).

Ora, reclama Locke, se o entendimento tem recursos para guiar os seres humanos de forma adequada na condução de sua vida, garantindo que eles não se encontrem perdidos, não haveria motivos para não aplicar tais recursos e esperar por um conhecimento perfeitamente verdadeiro. Na concepção lockeana, apenas considerar aquele conhecimento que é plenamente verdadeiro não é razoável, pois a razão humana é falha. Conforme argumenta Locke, esperar mais do que nos é dado é um erro moral, pois

[...] é uma coisa disparatada e sem fundamento para um homem de entendimento limitado que, tendo razão para julgar da diferente evidência e probabilidade das coisas e para optar em função destas, como é vão, para ele, esperar demonstração e certeza das coisas que não são capazes dela, e recusar assentimento a proposições muito racionais claras e agir contrariamente a verdades muito claras e simples, porque elas não podem tornar-se tão evidentes que ultrapassem a mais pequena (não direi razão, mas) aparência de dúvida. Aquele que, nas coisas vulgares da vida, não admita nada senão a demonstração direta e evidente, não tem a certeza de nada, neste mundo, exceto a de perecer depressa (Locke, 2014, IV, XI, 10, pp. 882-883).

Assim, Locke critica aqueles que recusam o assentimento a proposições muito simples e claras simplesmente por acreditarem existir nelas uma *aparência* de dúvida, que nem chegaria a se configurar como uma *razão* para duvidar. Aqui, além dos céticos que precisam lidar com a apraxia,

Locke parece estar se referindo à Primeira Meditação<sup>VII</sup>, em que Descartes afirma que, de todas suas crenças, “basta que encontre, em cada uma, alguma razão de duvidar para que as rejeite todas” (Descartes, 2004, p. 23; AT VII, p. 18). A certeza humana para a doutrina lockeana é limitada a pouquíssimas coisas, principalmente se comparada à certeza divina<sup>VIII</sup>. Embora seja possível obter conhecimento claro e certo, ele não é suficiente para a vida cotidiana. Dada a limitação do entendimento humano, é insensato passar a vida buscando essa certeza intuitiva que se apresenta excepcionalmente. Nesse sentido, Locke afirma que

[...] um homem não se pode julgar capaz de uma maior certeza do que conhecer que uma ideia, que tem no espírito, é tal como ele próprio vê que é; e que duas ideias, entre as quais ele vê uma diferença, são diferentes e não são precisamente as mesmas. Todo aquele que exige uma maior certeza do que esta não sabe o que

---

VII Locke também menciona Descartes indiretamente ao menosprezar o argumento dos sonhos como uma razão para duvidar: “Mas se, depois de tudo isto, alguém for tão cético que não confie nos seus sentidos e afirme que tudo o que vemos e ouvimos, sentimos e saboreamos, pensamos e fazemos, durante toda a nossa existência, não é senão a série e aparência enganadora de um longo sonho, que não tem realidade nenhuma, e portanto porá em dúvida a existência de todas as coisas, ou o nosso conhecimento de qualquer coisa, eu tenho de lhe pedir que considere que, se tudo é um sonho, então ele apenas sonha que faz a pergunta, e assim não tem muita importância que um homem acordado lhe responda. Mas se, agora, ele quiser, ele pode sonhar que eu contesto o seguinte: que a certeza das coisas existentes na *rerum natura*, uma vez o testemunho dado pelos nossos sentidos, somente é tão grande quanto o nosso estado de espírito permite, mas só quando o nosso estado necessita” (Locke, 2014, IV, XI, 8, p. 880).

VIII É interessante perceber que Locke cria uma visão medíocre do ser humano, o que se harmoniza satisfatoriamente com a visão cristã: “Assim, tal como Deus colocou algumas coisas à luz clara do dia, e nos proporcionou alguns conhecimentos, ainda que limitados, comparativamente, a poucas coisas, provavelmente para nos dar uma ideia daquilo que as criaturas intelectuais são capazes para excitar em si o desejo de passar a um estado melhor, assim também, na maior parte os nossos interesses, Ele concedeu-nos só o crepúsculo, por assim dizer, da probabilidade, apropriado, suponho eu, ao nosso estado de mediocridade” (Locke, IV, XIV, 2, p. 905). Entretanto, ao tentar se opor a uma filosofia que conduzisse ao entusiasmo, Locke indica que a razão deve ser um árbitro da fé, isso é, a revelação divina só poderia ser acolhida caso esteja adequada com o que é empiricamente provável (Lennon, 1993, pp. 169-175; McHugh, 2020, p. 789).



exige e somente mostra que deseja ser cético sem o conseguir (Locke, 2014, IV, II, 1, p. 730, grifos próprios).

A saída de Locke, diante da escassez de conhecimentos verdadeiros, é apelar para a probabilidade. Os conhecimentos prováveis assumem um papel importante na epistemologia de Locke porque eles “aproximam-se tanto da certeza que governam os nossos pensamentos de uma forma absoluta, e influenciam os nossos atos tão completamente, como a demonstração mais evidente” (Locke, 2014, IV, XVI, p. 920). Na vida cotidiana, explica Locke, o provável é o ponto de apoio para sair da irresolução. A probabilidade é a base sobre a qual o ser humano pode construir, raciocinar e agir “como se fosse conhecimento certo, [...] com a mesma falta de dúvida como se fosse demonstração perfeita” (Locke, 2014, IV, XVI, 6, p. 920). Praticamente falando, assegura Locke, “fazemos pouca ou nenhuma diferença entre tais probabilidades e um conhecimento certo. A nossa crença, assim fundamentada, eleva-se ao grau de *convicção* (Locke, 2014, IV, XVI, 6, p. 921).

A práxis que é permitida e sustentada pela probabilidade seria uma resposta importante à irresolução e presunção dos céticos, os quais Locke condena com tanta veemência (Ferreira, 1986, p. 215). Entretanto, certeza e probabilidade nunca se confundem dentro da doutrina lockeana. Pelo contrário, a dicotomia entre conhecimento e probabilidade nunca é mitigada por Locke. Em outras palavras, por mais que algo seja extremamente provável, isto não é considerado conhecimento (Ferreira, 1986, p. 219). É por isso, inclusive, que Ferreira argumenta que Locke não utiliza o termo certeza indiscriminadamente e nem recorre à ideia de certeza moral, comum aos céticos construtivos (Ferreira, 1986).

A teoria do conhecimento de Locke, portanto, estabelece três graus de certeza do conhecimento ao considerar os diferentes modos de percepção “que o espírito tem do acordo ou desacordo de quaisquer das suas ideias” (Locke, 2014, IV, II, 1, p. 729). Primeiramente, temos o conhecimento intuitivo, que é o conhecimento mais certo de todos. O conhecimento intuitivo consiste na percepção imediata do acordo ou desacordo entre ideias, sem intervenção de outras ideias adicionais. Por isso, é uma percepção imediata, descomplicada e arrebatadora da verdade ou

da falsidade, sendo a “espécie de conhecimento [...] mais clara e [...] mais certa de que a fragilidade humana é capaz” (Locke, 2014, IV, II, 1, p. 729). Consequentemente, segundo Locke, “todo aquele que exige uma maior certeza do que esta não sabe o que exige e somente mostra que deseja ser cético sem o conseguir” (Locke, 2014, IV, II, 1, p. 730). Em segundo lugar, em uma posição intermediária, encontramos o conhecimento demonstrativo. Esse conhecimento é marcado pela mediação de uma ideia que permite que o espírito perceba o acordo ou desacordo entre outras duas ideias, isto é, a verdade ou falsidade de sua conjunção. A demonstração, por ser mediada, permite alguma dúvida e, assim, não fornece o mesmo grau de evidência do conhecimento intuitivo (Locke, 2014, IV, II, 2, pp. 730-731).

Locke afirma que apenas a intuição e a demonstração configuram graus de conhecimento efetivo, sendo todo o resto considerado por ele como opinião ou fé (Locke, 2014, IV, II, 14, p. 738). Contudo, ele reconhece a existência de um terceiro grau de conhecimento. Apesar de não se encaixar nos parâmetros da intuição ou da demonstração, o conhecimento sensitivo vai além da probabilidade porque nada seria mais seguro do que a certeza da percepção dos objetos exteriores e, por isso, “passa sob o nome *conhecimento*” (Locke, 2014, IV, II, 14, p. 738, grifos do autor). Locke explica que

o conhecimento que temos por meio dos nossos sentidos das coisas que existem fora de nós, embora não seja totalmente tão seguro como o nosso conhecimento intuitivo, ou como as deduções da nossa razão ocupada com as ideias abstratas e claras das nossas próprias mentes, é uma certeza que merece o nome de *conhecimento* (Locke, 2014, IV, XI, 3, p. 876, grifos do autor).

Apesar de não existir certeza em relação à essência dos objetos exteriores, a existência desses objetos é evidente e não dá margens para a dúvida (Locke, 2014, IV, II, 14; IV, XI, 2). O conhecimento sensitivo, nesse contexto, responde à apraxia cética na medida em que oferece um guia para agir no mundo. Dessa forma, Locke argumenta que

se nos persuadirmos a nós próprios de que as nossas faculdades agem e nos informam precisamente no que diz respeito à existência desses objetos que as afetam, não pode passar por uma confiança mal fundada, porque penso que ninguém pode a sério ser tão céptico que duvide da existência dessas coisas que vê e sente (Locke, 2014, IV, XI, 3, p. 876).

Embora o conhecimento sensitivo possa, na perspectiva de Locke, garantir certeza suficiente para guiar a conduta da vida cotidiana, tal certeza não corresponde aos graus de conhecimento efetivo. O conhecimento sensitivo apenas *passa por* conhecimento. O que é certo, segundo Locke, é “a *confiança* em que, a esse respeito, nossas faculdades não nos enganam, é a *maior garantia que somos capazes* no que diz respeito à existência de seres materiais” (Locke, 2014, IV, XI, 3, p. 877, grifos próprios). O conhecimento sensitivo vai além da probabilidade, mas nunca alcança a evidência e clareza da intuição e da demonstração. Ainda que seja considerado como um remédio contra o ceticismo, o conhecimento sensitivo sublinha a incapacidade lockeana de responder à questão sobre o conhecimento efetivo das coisas exteriores, sugerindo um ceticismo em relação ao mundo exterior<sup>IX</sup>: ao admitir que o conhecimento das essências dos objetos exteriores não é alcançável para os seres humanos, Locke sugere que é necessário adotar um grau de certeza inferior (Popkin, 2003, p. 260; Rogers, 2003, p. 51). Conforme explica Rogers, apesar de Locke acreditar na possibilidade do conhecimento da verdade por meio da intuição e da demonstração, o filósofo estava, na maior parte do tempo “satisfeito em se contentar com menos do que

---

IX Embora não considere Locke como um cético pirrônico, Rogers traça aspectos da filosofia lockeana que estão em harmonia com o pirronismo e que podem mostrar o quanto o ceticismo influenciou diretamente sua epistemologia. Elenca-se aqui três aspectos principais: 1) Locke parte dos fenômenos, assim como os pirrônicos, e nega a possibilidade de um conhecimento para além das aparências, rejeitando as essências; 2) Locke não se incomoda com a falta de perspectiva de certeza em vários âmbitos de investigação já que o conhecimento humano é limitado e, por isso, aceita a probabilidade; e 3) a rejeição das ideias inatas se mostra compatível com o pirronismo (Rogers, 2003, pp. 46-51). McHugh também avalia em que medida a filosofia de Locke pode ter fundamentos semelhantes ao do ceticismo (McHugh, 2020, pp. 790-792).

conhecimento na maioria de nossas investigações”<sup>x</sup> (Rogers, 2003, p. 51, tradução própria). Para Locke, “temos exatamente aquela quantia de conhecimento ou conjecturas prováveis que precisamos para alcançar nossos propósitos nesta vida na terra”<sup>xi</sup> (Rogers, 2003, p. 51, tradução própria).

Nesse sentido, apesar de ter sido muitas vezes considerado um dogmático que buscou refutar os argumentos céticos, Locke admite, ele mesmo, certo ceticismo dentro de sua filosofia. Segundo ele, “é evidente que o espírito não conhece as coisas imediatamente, mas só pela intervenção das ideias que acerca delas possui” (Locke, 2014, IV, IV, 3, p. 775). A teoria do conhecimento de Locke estabelece que o conhecimento perfeito está além das faculdades humanas, ainda que seja suficiente para garantir uma conduta prática satisfatória. Como o filósofo reconhece, “nossas faculdades não estão adaptadas à total dimensão do ser, nem para alcançar um perfeito, claro e compreensivo conhecimento das coisas, livre de toda a dúvida e escrúpulo” (Locke, 2014, IV, XI, 8, p. 880). Embora não exista um ceticismo radical acerca das faculdades humanas e da possibilidade do conhecimento, fato é que Locke reconhece a existência de um domínio do conhecimento que não é acessível à razão humana (cf. Popkin, 2003, pp. 260-261). A terceira via do conhecimento proposta por Locke é, como explica McHugh (2020, p. 789), “uma novidade lógica pós-cética, na qual o princípio do ceticismo é acomodado, ainda que mitigado, pela imposição de limites estritos ao conhecimento”.

---

X No original: “*But for the most part Locke was content to settle for less than knowledge in most of our enquiries*”.

XI No original: “[...] *we have just that amount of knowledge or probable conjecture which we need in order to achieve our purposes in this life on Earth*”.

## O pano de fundo cartesiano da epistemologia lockeana

Diferentemente da influência do ceticismo na filosofia lockeana, a relação entre Locke e Descartes já foi significativamente estudada. Tal influência é pessoalmente admitida pelo empirista inglês<sup>XII</sup> e é fruto de diversas análises e discussões<sup>XIII</sup>, fornecendo material suficiente para traçar o estatuto dessa relação. Mesmo que possuam doutrinas que se antagonizam em princípio, especialmente considerando suas concepções acerca da origem do conhecimento e a existência ou não de ideias inatas (Thilly, 1900, p. 598), a semelhança dos conceitos utilizados por Descartes e Locke é intrigante. Os conceitos de intuição, de dedução, de certeza e de probabilidade, por exemplo, permeiam toda a epistemologia de ambos os filósofos. Essa correspondência também se apresenta no método que Locke emprega no *Ensaio* para alcançar o conhecimento (Schouls, 1975), que possui tendências explicitamente cartesianas, e no vocabulário que Locke utiliza ao se referir a temas já tratados por Descartes (Thilly, 1900, p. 603).

Sublinhar essas afinidades não é o mesmo que afirmar que Locke sustentava qualquer tipo de cartesianismo, o que o próprio filósofo nega quando foi acusado de tal filiação<sup>XIV</sup>. Mesmo admitindo a dívida em relação à filosofia cartesiana, Locke afirma que o que foi exposto no *Ensaio* é fruto de seu próprio pensamento. Segundo ele,

[...] devo sempre reconhecer àquele cavalheiro justamente admirado [Descartes] o grande encargo da minha primeira libertação da maneira ininteligível de falar da filosofia em uso nas escolas de sua época, no entanto, estou tão longe de dar aos seus escritos qualquer um dos erros ou imperfeições que podem ser encontrados em meu *Ensaio*, como derivando sua ori-

XII Locke admite a Stillingfleet que foi Descartes quem abriu seus olhos e o libertou do domínio da filosofia aristotélica-escolástica (Locke, 1983, v.4, pp. 48-49).

XIII Para uma pequena amostra dessas disputas, ver: Roth, 1935; Lennon, 1993, p. 63; Schouls, 1975 e Schankula, 1980.

XIV Roth (1935) defende a afiliação de Locke à filosofia cartesiana.

gem dele, que devo confessar a Vossa Senhoria que eles foram criados a partir de meus próprios pensamentos, refletindo o melhor que pude sobre minha própria mente e as ideias que lá tive; e elas não foram, que eu saiba, derivadas de qualquer outro original<sup>XV</sup> (Locke, 1983, v.4, pp. 48-49, tradução própria).

Deste modo, Locke se distancia de uma posição de mero estudioso de um grande mestre. Efetivamente, o empirista inglês possui uma filosofia autêntica e singular, posição que não é abalada por algumas similaridades com a doutrina cartesiana. O que é defendido neste trabalho é que a teoria do conhecimento de Locke, inclusive sua abordagem dos problemas céticos, é intimamente influenciada pela filosofia cartesiana. Mais do que isso, é possível argumentar que ambos os filósofos lidam com a ameaça cética de maneira análoga.

Como foi destacado na seção anterior, o problema principal do *Ensaio* corresponde a uma questão cética preponderante para todo o pensamento moderno, isto é, a identificação da extensão do entendimento humano e sua fiabilidade. Descartes, nas *Regras para a Orientação do Espírito* (1999)<sup>XVI</sup>, lida diretamente com essa questão. Segundo ele, “não pode haver nada de mais útil do que procurar o que é o conhecimento humano e até onde ele se estende” (Descartes, 1999, p. 53; AT X, p. 397). Locke, como visto, afirma que seria algo sem fundamento para um ser humano de entendimento limitado almejar conhecimentos que não estão a seu alcance. Analogamente, nas *Regras*, Descartes argumenta que nada lhe parece

---

XV No original: “*But though I must always acknowledge to that justly-admired gentleman the great obligation of my first deliverance from the unintelligible way of talking of the philosophy in use in the schools in his time, yet I am so far from entitling his writings to any of the errors or imperfections which are to be found in my Essay, as deriving their original from him, that I must own to our lordship they were spun barely out of my own thoughts, reflecting as well as I could on my own mind, and the ideas I had there; and were not, that I know, derived from any other original*”.

XVI Escritas provavelmente entre os anos de 1623 e 1628, esse escrito foi abandonado por Descartes, tendo sido publicado postumamente em 1701. Apesar disso, Locke pode ter tido acesso ao texto das *Regras* (Schankula, 1980, p. 466; p. 468). Por outro lado, é certo que Locke teve acesso a todos os escritos publicados em vida por Descartes e, certamente, conhecia-os a fundo (cf. Lennon, 1993, pp. 163-164; Roth, 1935).

[...] mais inepto do que debater audaciosamente sobre os segredos da natureza, sobre a influência dos céus sobre nosso mundo inferior, sobre a predição do futuro e coisas afins [...] sem, no entanto, ter um dia procurado se está no poder da razão humana fazer tais descobertas (Descartes, 1999, p. 54; AT X, p. 398).

Segundo Descartes, todo o conhecimento acessível ao ser humano é fornecido pela intuição e pela dedução. Todo o resto figuraria no âmbito de conjecturas e da probabilidade (AT X, p. 362). Locke, por sua vez, afirma que o que é percebido pela intuição ou pela demonstração é considerado conhecimento efetivo, o resto estaria no domínio da opinião e da fé, ou seja, meras probabilidades (Locke, 2014, IV, II, 14, p. 738).

Tanto Descartes quanto Locke, em suas teorias do conhecimento, procuram estabelecer com muita ênfase a finitude do entendimento humano. Nesse sentido, apesar de ambos compreenderem que a capacidade da razão é suficiente para rejeitar o ceticismo, Descartes e Locke reconhecem que um conhecimento perfeito e absoluto das coisas não é possível. A posição de Locke já foi explicitada na seção anterior. Por outro lado, essa cautela cartesiana em relação ao estatuto do conhecimento humano poucas vezes é reconhecida pelos pesquisadores da filosofia de Descartes. Não obstante, o autor das *Meditações* admite, diversas vezes, que sua pretensão não é alcançar a verdade absoluta, mas encontrar uma certeza indubitável para a razão humana. Na Sexta Meditação, por exemplo, Descartes afirma que “é preciso confessar que a vida humana, no que se refere às coisas particulares, está frequentemente sujeita a erros e que se deve reconhecer a fraqueza de nossa natureza [*naturae nostra infirmitas est agnoscenda*]” (Descartes, 2004, p. 193; AT VII, p. 95). Na *Carta-Prefácio aos Princípios da Filosofia*, da mesma forma, o filósofo deixa claro que Deus é a única entidade perfeitamente sábia e capaz de alcançar o conhecimento perfeito das coisas (AT IX-B, pp. 2-3). Nesse sentido, Descartes reconhece a finitude da razão humana, se distancia da pretensão de alcançar a verdade absoluta e afirma a suficiência da certeza humana<sup>XVII</sup>.

---

XVII Sobre essa tese, ver os trabalhos de Landim Filho (1992); Rocha (2016); Sousa (2023).

Nesse contexto, chega-se à passagem mais marcante que visa corroborar a leitura menos dogmática da doutrina de Descartes. Nas *Segundas Respostas*, o filósofo se vê impelido a explicar “aqui de novo o fundamento em que me parece possível apoiar toda a *certeza humana*” (Descartes, 1983, p. 160; AT VII, p. 144, grifos próprios) e o faz dizendo que:

Primeiramente, tão logo pensamos claramente qualquer verdade somos naturalmente levados a crer nela. E, se tal crença for tão forte que jamais possamos alimentar qualquer razão de duvidar daquilo que acreditamos desta forma, nada mais há que procurar: temos, no tocante a isso, toda certeza que se possa desejar. Pois, o que nos importa, se talvez alguém fingir que mesmo aquilo, de cuja verdade nos sentimos tão fortemente persuadidos, parece falso aos olhos, de Deus ou dos anjos, e que, por tanto, em termos absolutos, é falso? Por que devemos ficar inquietos com essa falsidade absoluta, se não cremos nela de modo algum e se dela não temos a menor suspeita? Pois pressupomos uma crença ou uma persuasão tão firme que não possa ser suprimida; a qual, por conseguinte, é em tudo o mesmo que uma perfeitíssima certeza. Mas é realmente dubitável que tenhamos qualquer certeza dessa natureza, ou qualquer persuasão firme e imutável (Descartes, 1983, p. 160; AT VII, pp. 144-145).

Essa citação mostra que, embora Descartes aspire encontrar uma ciência segura, sólida e construída sobre fundamentos metafísicos inabaláveis, a sua perspectiva é sempre do ponto de vista da razão humana. Se, por outro lado, fosse considerado o intelecto de uma entidade superior, é possível que tudo aquilo que os humanos consideram o mais verdadeiro seja, na realidade, falso.

É interessante notar que a passagem citada das *Segundas Respostas* de Descartes apresenta semelhanças manifestas com alguns dos trechos de Locke mencionados anteriormente. Enquanto Locke fala de uma crença que se eleva ao grau de convicção (Locke, 2014, IV, XVI, 6, p. 920), Descartes anuncia uma crença tão forte que garante uma perfeitíssima



certeza. Locke, por sua vez, afirma que essas convicções guiam nossos atos de forma completa, ao passo que Descartes declara que tais certezas não incitam a menor dúvida ou suspeita. Para Locke,

[...] quando qualquer coisa particular [...] se vê certificada por informações concorrentes de todos que a mencionam, nós recebemo-la tão facilmente e construímos tão firmemente sobre ela, *como se fosse conhecimento certo* e raciocinamos e agimos com a mesma falta de dúvida *como se fosse demonstração perfeita* (Locke, 2014, IV, XVI, 6, pp. 919-920, grifos próprios).

Da mesma forma, para Descartes, se “pressupomos uma crença ou uma persuasão tão firme que não possa ser suprimida”, então ela “é em tudo *o mesmo que uma perfeitíssima certeza*” (Descartes, 1983, p. 160; AT VII, p. 145, grifos próprios).

Assim como Locke, Descartes tem a pretensão de refutar o ceticismo. O autor das *Meditações* parte das dúvidas mais radicais possíveis com a intenção de ultrapassá-las e, assim, alcançar a certeza. Entretanto, responder o ceticismo não é o mesmo que afirmar uma verdade absoluta. Pelo contrário, tanto Descartes quanto Locke constroem doutrinas que são pautadas no reconhecimento dos limites do entendimento humano. Nem a razão humana, no caso de Descartes, nem os sentidos, no caso de Locke, conseguem fornecer a reabilitação dos defeitos e limites do entendimento humano, por mais que razão e sentidos sejam capazes de oferecer o conhecimento de tudo aquilo que podemos desejar (*cf.* AT X, pp. 371-372; AT VII, pp. 144-145; Locke, 2014, IV, XI, 10, pp. 882-883).

Descuidando por um momento da grande diferença que há entre as filosofias de Descartes e de Locke<sup>XVIII</sup>, é possível explorar algumas das

---

XVIII Lennon (1993, 164-169) traça um esquema interessante sobre as principais diferenças epistemológicas entre as filosofias de Descartes e Locke. Shankula (1980) argumenta que Locke rejeita a ciência e a filosofia da ciência cartesiana precisamente porque ele rejeita a epistemologia cartesiana, principalmente seu método e sua lógica. A interpretação de Shankula está em desacordo com a de Schouls (1975), que apresenta argumentos para evidenciar que o método analítico do *Ensaio* é cartesiano.

principais semelhanças textuais encontradas nas passagens do *Ensaio* e do *corpus* cartesiano mencionadas até aqui. Primeiramente, ambos os autores entendem que quando a percepção – intelectual ou sensível – de algo é fácil e manifesta, então rapidamente se torna uma crença forte. Depois, eles acreditam que uma percepção que é simples e manifesta não pode abrir margem para questionamentos. Pelo contrário, tanto Locke quanto Descartes acreditam que a crença baseada nessa percepção é tudo o que os seres humanos podem desejar, não se diferenciando em nada de uma certeza perfeita. Por fim, nenhum dos filósofos se preocupa com uma falsidade absoluta, já que esta seria fruto de uma dúvida que um ser humano não é nem mesmo capaz de conceber. Como mencionado, Descartes se pergunta “por que devemos ficar inquietos com essa falsidade absoluta, se não cremos nela de modo algum e se dela não temos a menor suspeita?” (Descartes, 1983, p. 160; AT VII, pp. 144-145). Locke, por sua vez, diz que

[...] um homem de entendimento limitado que, tendo razão para julgar da diferente evidência e probabilidade das coisas e para optar em função destas, como é vão, para ele, esperar demonstração e certeza das coisas que não são capazes dela, e recusar assentimento a proposições muito racionais claras e agir contrariamente a verdades muito claras e simples, porque elas não podem tornar-se tão evidentes que ultrapassem a mais pequena (não direi razão, mas) aparência de dúvida (Locke, 2014, IV, XI, 10, pp. 882-883).

Assim, longe de relativizar a verdade e se fiarem em certezas subjetivas, Locke e Descartes pensam a certeza tendo em vista a capacidade do entendimento humano.

É evidenciado, dessa forma, que a resposta de Locke ao ceticismo e toda a sua teoria do conhecimento são influenciadas diretamente pelo cartesianismo. Ainda que houvessem cétricos na modernidade e a difusão de seus argumentos fosse considerável, a principal fonte de Locke em relação ao ceticismo foi a Primeira Meditação de Descartes. Nesse sentido, o modo pelo qual o autor das *Meditações* apresenta o ceticismo e o responde reflete diretamente na epistemologia lockeana (Rogers, 2003,

pp. 38-40). Locke, conscientemente, adapta as noções cartesianas sobre certeza e, desta forma, o filósofo consegue fornecer uma base filosófica para a ciência que estava sendo desenvolvida pela Royal Society, criticando também as filosofias dogmáticas (Schankula, 1980, p. 466).

## Considerações finais

Locke e Descartes foram considerados céticos por seus contemporâneos (Popkin, 2003). A filosofia cartesiana, inclusive, foi compreendida como levando ao ceticismo, ao ateísmo e, até mesmo, à loucura (Verbeek, 1988, pp. 307-308; cf. Popkin, 2003, p. 159; pp. 160-161). Locke, por sua vez, considerava a filosofia cartesiana como dogmática, podendo conduzir ao entusiasmo e suscitando perigos morais e políticos (Lennon, 1993, p. 176). A Royal Society como um todo desaprovou a conduta dos cartesianos, considerando-os dogmáticos.

Entretanto, nota-se que muitos dos elementos que fazem com que a filosofia lockeana seja considerada moderada já são encontrados no pensamento de Descartes. Descartes, mais do que uma libertação do dogmatismo aristotélico-escolástico, apresenta a Locke a possibilidade de encarar o ceticismo por meio da admissão dos limites do conhecimento humano. Semelhantemente a Locke, Descartes apresenta uma filosofia consciente e moderada, cônica da finitude humana e da necessidade de operar a certeza tendo em vista a compatibilidade do intelecto humano.

Ainda que o autor do *Ensaio* seja mais enfático na admissão de que a certeza está pouco presente no horizonte das expectativas epistemológicas de qualquer ser humano e, conseqüentemente, ofereça mais espaço à probabilidade, Descartes também está disposto a fazê-lo. A Sexta Meditação, especialmente, mostra que Descartes precisa admitir a probabilidade no âmbito do conhecimento sensível, já que a “a vida humana, no que se refere às coisas particulares, está frequentemente sujeita a erros e que se deve reconhecer a fraqueza de nossa natureza” (Descartes, 2004, p. 193; AT VII, p. 95; cf. AT VIII, p. 372). A probabilidade

governa a conduta cotidiana, pois não é possível para o intelecto humano alcançar demonstrações tão claras quanto àquelas relativas ao conhecimento do intelecto e de Deus. É por isso que o conhecimento do corpo é apenas provável para Descartes. O que é conhecido claro e distintamente é apenas a extensão, ou seja, a essência dos corpos materiais:

E, porque não me ocorre nenhum outro modo tão apropriado quanto este para explicá-la, conjeturo por isso que o corpo provavelmente existe. Mas apenas provavelmente, pois, apesar de investigar cuidadosamente todas as coisas, ainda não vejo, porém, que a partir da ideia distinta da natureza corporal que encontro em minha imaginação nenhum argumento possa eu tirar concluindo necessariamente que algum corpo existe (Descartes, 2004, p. 159; AT VII, p. 73).

Assim como Locke, Descartes também encontra espaço para a probabilidade, mesmo nunca a elevando ao estatuto de certeza (Ferreira, 1986, p. 212). Como afirma Locke, a probabilidade é dada por Deus aos seres humanos como um instrumento adequado à sua mediocridade (Locke, 2014, IV, XIV, 2, p. 905). A filosofia de Locke, manifestamente, é mais favorável ao uso da probabilidade do que a filosofia cartesiana (McHugh, 2020, p. 789). No entanto, Descartes também se vê obrigado a admitir o provável no que diz respeito às coisas materiais que são recebidas pelos sentidos. Considerando a finitude da razão humana, Descartes e Locke entendem que toda a certeza que se pode almejar é a certeza humana e, portanto, isso configura tudo o que é sensato perseguir. Se não é possível questionar uma proposição, então ela é indubitável e deve ser acolhida. Isso não é o mesmo que afirmar que existe aqui uma certeza infalível, pois, para isso, seria necessário alcançar a própria certeza divina.

É fato que a limitação do conhecimento para Descartes não acarreta na impossibilidade do conhecimento metafísico e indubitável. Mas o filósofo restringe esse conhecimento à pura inteligência humana, reforçando que sua metafísica é racional e, portanto, não alcança o domínio da teologia, que é regido pela fé e pela revelação divina. A razão humana é sempre incompleta, finita e falível e qualquer tipo de esperança em

obter uma garantia absoluta de certeza como a divina é tolice, uma vez que nem com os mais altos esforços da razão isso seria possível.

Enquanto a doutrina de Locke foi recepcionada tal qual uma trégua com o ceticismo radical, visto que o filósofo parece compreender que certo tipo de ceticismo é um estado permanente das coisas<sup>XIX</sup> (McHugh, 2020, p. 789; Lennon, 1993, p. 165), a filosofia cartesiana foi percebida como um dogmatismo indiscutível, que tem a pretensão de refutar o ceticismo cabalmente e atingir verdades absolutas. Assim, diante das semelhanças epistemológicas entre as doutrinas de Descartes e Locke descritas neste artigo, acredita-se que é viável propor uma leitura mais moderada e também mais interessantes das filosofias de Locke e, principalmente, de Descartes. Ambas as filosofias, a despeito de suas diferenças marcantes, são pautadas pelo problema cético do escopo do conhecimento humano. Nesse sentido, por meio do reconhecimento da finitude da racionalidade humana, tanto Descartes quanto Locke condenam a pretensão à verdade absoluta.

---

XIX Ferreira avalia a concepção frequente de que Locke apareceria como o cume da tradição do ceticismo construtivista, corrente que procura construir uma ponte entre a probabilidade e o conhecimento por meio da certeza moral, esta que seria um tipo de prova já que não deixaria espaço para a dúvida (Ferreira, 1986).

## REFERÊNCIAS

- DESCARTES, René. *Discurso do Método; Meditações; Objeções e Respostas; As paixões da alma; Cartas*. Trad.: J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores), 1983.
- DESCARTES, René. *Meditações sobre a Filosofia Primeira*. Trad.: Fausto Castilho. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- DESCARTES, René. *Œuvres*. Ed. Ch. Adam e P. Tannery. 12 vols. Paris: J. Vrin, 1897-1913.
- DESCARTES, René. *Regras para Orientação do Espírito*. Trad.: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- EVA, Luiz. A resposta de Locke ao ceticismo. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 64, n. 155, p. 375-397, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0100-512X2023n15503le>.
- FERREIRA, Jamie. Locke's 'Constructive Skepticism' – A Reappraisal. *Journal of The History of Philosophy*, Baltimore, v. 4, n. 2, p. 211-222, 1986. DOI: <https://doi.org/10.1353/hph.1986.0026>.
- LANDIM FILHO, Raul. *Evidência e verdade no sistema cartesiano*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LENNON, Thomas. *The Battle of the Gods and Giants: The Legacies of Descartes and Gassendi, 1655-1715*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- LOCKE, John. *The Works*. 9 vols. London: Thomas Tegg, 1983.
- LOCKE, John. *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.
- MARCONDES, Danilo. *Raízes da Dúvida: Ceticismo e Filosofia Moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2019.
- MCHUGH, Paul. Knowledge and Scepticism in Newman and Locke: Background considerations religious, cultural and philosophical. *The Heythrop Journal*, London, v. 61, n. 5, p. 788-799, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/heyj.13601>.
- POPKIN, Richard. New views on the role of skepticism in the Enlightenment. *Modern Language Quarterly*, Seattle, v. 53, n. 3, p. 279-297, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1215/00267929-53-3-279>.
- POPKIN, Richard. *The History of Scepticism: From Savonarola to Bayle*. Nova York: Oxford University Press, 2003.

- ROCHA, Ethel. *Indiferença de Deus e o mundo dos humanos segundo Descartes*. Curitiba: Kotter Editora, 2016.
- ROGERS, Graham. John Locke and the sceptics. In: PAGANINI, Gianni. (ed.) *The Return of Scepticism: From Hobbes and Descartes to Bayle*. Nova York: Kluwer Academic Publishers, 2003, pp. 37-53.
- ROTH, Leon. Note on the Relationship Between Locke and Descartes. *Mind*, Oxford, v. 44, n. 175, p. 414-416, 1935. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2250165>. Acesso em: 07 nov. 2024.
- SCHANKULA, Henry. Locke, Descartes, and the Science of Nature. *Journal of the History of Ideas*, v. 41, n. 3, p. 459-477, 1980. DOI: <https://doi.org/10.2307/2709406>.
- SCHOOLS, Peter. The Cartesian Method of Locke's *Essay concerning Human Understanding*. *Canadian Journal of Philosophy*, v. IV, n. 4, p. 579-601, 1975. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43034026>. Acesso em: 07 nov. 2024.
- SOUSA, Ana Cláudia Teodoro. Entre a certeza e a dúvida: Descartes e o ceticismo de segundo grau. *Kriterion*, v. 64, n. 155, p. 545-566, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0100-512X2023n15511acts>.
- THILLY, Frank. Locke's Relation to Descartes. *The Philosophical Review*, v. 9, n. 6, p. 597-612, 1900. DOI: <https://doi.org/10.2307/2176997>.
- VERBEEK, Theo. *La Querelle d'Utrecht : René Descartes et Martin Schoock*. Paris: Impressions Nouvelles, 1988.

Recebido em 01 de agosto de 2024

Aprovado em 07 de novembro de 2024

Publicado em 13 de dezembro de 2024

